



X SEMINÁRIO SUL-MATO-GROSSENSE
DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO
MATEMÁTICA

18 E 19 de agosto de 2016

NOTA AVALIATIVA: MATERIALIDADE DO NÚMERO E AS CORTINAS DAS SUBJETIVIDADES

Juliana Alves de Souza¹

Regina Luzia Corio de Buriasco²

RESUMO: O texto investe na forte presença dos números, nas diferentes esferas da vida em sociedade, como mote para discutir um importante fator do processo de avaliação escolar dos alunos: as notas, representadas por números. Tomando-se por base o trabalho de Barlow (2006), busca-se por um lado discutir as subjetividades subjacentes à nota por meio de fatores que perpassam os critérios de julgamento do professor, hábitos e a natureza socioafetiva da relação professor e aluno e por outro, a materialidade do número que a representa e a objetividade que ele transmite, bem como discutir seus efeitos, conotações e representatividade para aluno e sociedade, principalmente quando se atinge dois extremos (o zero e o dez).

Palavras-chave: Nota. Objetividade. Subjetividade. Materialidade do número. Avaliação da Aprendizagem Escolar.

A escola dos bichos
Um dia os bichos decidiram criar uma escola só para eles, porque perceberam que estava difícil enfrentar a vida utilizando-se apenas de seus instintos inatos. Contrataram ótimos professores, todos com títulos e experiência docente, para ensinar-lhes a correr, nadar, voar, subir morros e ultrapassar obstáculos. Os primeiros matriculados

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), jullyana_allves@hotmail.com

² Doutora em Educação, docente do Departamento de Matemática e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina (UEL), reginaburiasco@gmail.com

foram o cisne, o coelho, o gato, o cachorro e o pato. Conforme o curso se desenvolvia, os alunos iam se desencantando com a escola, perdendo suas ilusões e enfraquecendo suas autoimagens. Vejamos o que aconteceu com cada bicho.

O cisne era ótimo em natação e até conseguia voar um pouco, mas nas outras disciplinas só obtinha notas baixas. O coelho era bom aluno nas corridas e nas subidas de morro, mas não conseguia aprender a nadar e, menos ainda, a voar. O gato tinha problemas semelhantes aos do coelho. Ambos chegaram a pleitear da direção da escola que fosse considerado voar só de cima para baixo, pois assim eles poderiam obter algum êxito. O cachorro também gostou desta ideia, que não foi aprovada pela escola e, apesar de obter ótimas notas em corrida, superação de obstáculos e subida de morros, ele foi reprovado porque não aprendeu a voar. O pato teve mais sorte; nadava (pior que cisne), corria mais ou menos, voava um pouco, subia morros (lentamente) e superava obstáculos. Embora medíocre em tudo, conseguiu nota mínima para aprovação, enquanto seus colegas foram reprovados. Tal situação causou reclamação geral, pois cada bicho tinha tido melhor desempenho que o pato em alguma disciplina. No entanto, tendo em vista que o pato obteve a melhor média, ele foi escolhido como orador da turma e considerado o melhor aluno dela (LORENZATO, 2010, p. 33).

INTRODUÇÃO

Quem sou eu? Quem é você? Pelas estimativas populacionais, em território nacional, sou um número de nove dígitos, no Estado, sou descrita por sete dígitos e, em minha cidade, sou apenas cinco dígitos. No Cadastro de Pessoas Físicas tenho 11 dígitos, para a Justiça Eleitoral sou um número de 12 dígitos, no registro civil, nove dígitos, para o meu Banco sou o número de minha conta bancária. Mesmo que discordemos, ora muitos números servem-nos de identidade, ora somos apenas um número, mas um número que varia de acordo com o “lugar” em que estamos e da perspectiva da qual somos olhados.

Muitas vezes também somos por eles denominados, não como no Diálogo de Leon Eliachar³, em que os próprios nomes dos personagens são números, vinculando-os à identidade, mas, principalmente nas repartições públicas, com suas recorrentes filas e senhas, eles organizam sem dualidades. Seguimos e somos orientados pelos números. Nosso tempo é marcado por números, numa incessante sucessão de horas, dias, meses, anos e séculos. E assim acontece com os

3 <https://plus.google.com/117654544245229310256/posts/d2B6u457onH>

telefones fixos e celulares, endereços, automóveis, computadores, roupas, e tantos outros elementos que constituem nosso cotidiano. E não é assim apenas conosco.

O comércio e a indústria são movidos por números, os animais catalogados por números, a política e os políticos movem-se num verdadeiro “oceano” de números, os estados e municípios são dependentes deles, assim como as escolas e universidades. Nas igrejas também exercem importante papel, nos esportes definem vencedores e perdedores, sem contar que, por meio deles, vendemos nossa força de trabalho. Além disso, o trânsito está recheado de números, o aluno esforça-se para conquistar os mais altos nas escalas classificatórias, a mídia trabalha para atingir os mais elevados percentuais numéricos, em termos de audiência. Eles movem ou paralisam, alegam ou entristecem, barram ou alavancam, aprovam ou reprovam, abrem ou fecham portas, autorizam ou desautorizam. A sociedade é movida por eles. Pequenos ou grandes, em menor ou maior escala, eles detêm força e poder.

Os cursos superiores trabalham para alcançar, manter ou elevar determinados números, representativos de excelência. No ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), se um curso atinge CPC (Conceito Preliminar de Curso) contínuo de 1,9, pertence ao grupo que não atingiu a nota mínima, foi reprovado. Mas se atinge dois décimos a mais, ou seja, 2,1, já pertence ao grupo que foi aprovado. A diferença está na faixa concebida para aferir esses conceitos. No ENADE do ano 2014, por exemplo, com base nos indicadores⁴ divulgados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) pode-se verificar pelo menos uma situação em que uma pequena diferença faz uma grande separação. Um curso que alcançou a nota 2,9445 está na faixa três e um curso que obteve nota 2,9615 está na faixa quatro. São 17 centésimos de diferença que, após um arredondamento, estabelece dois grupos distintos. Um curso com nota quatro é visto como um bom curso, já com nota três é considerado em zona de risco posto que esse seja o conceito mínimo para que continue a funcionar de maneira regular.

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é calculado a partir de dados sobre aprovação escolar e médias de desempenho nas avaliações do

⁴ <http://portal.inep.gov.br/educacao-superior/indicadores/cpc>

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Dentre as avaliações do INEP há o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) para as unidades da federação e para o país e a Prova Brasil, para os municípios. Quando uma escola alcança um décimo que seja a mais, em relação às demais, no IDEB, uma faixa, um *outdoor* ou similar é levantado para intitulá-la “a melhor escola” daquela localidade.

Certo dia, uma aluna comentou que, por dois décimos, perdeu o prêmio de melhor aluna da escola e que considerou isso injusto. Entretanto, ao que tudo indica, essa é uma prática consensual nas diferentes modalidades competitivas. Também nas diversas modalidades de esportes de velocidade, como corridas de pedestres, ciclistas, motos, carros, cavalos e outras similares são adotados critérios semelhantes. Os números que representam os segundos, décimos, centésimos ou milésimos de segundos definem o mais rápido, o recordista, o melhor, ou seja, aquele que vai para o topo do pódio. Assim também são os números de medidas de distância, como centímetros e suas frações no atletismo, por exemplo.

Os números também guiam os concursos públicos. Um ponto a mais define quem assume a vaga. Desse modo, sem “cerimônias”, um acerto inclui, um erro exclui. Se o assunto são os números, como não lembrar seu uso na política? Quando os políticos querem destacar aspectos negativos ou positivos de uma situação usam os números para impressionar. Um exemplo disso são os índices de aprovação nas pesquisas eleitorais. Esses números e porcentagens são divulgados em campanhas eleitorais para conquistar votos, já que há uma crença popular de que alguns eleitores, para “não perder” o voto, votam naquele que está mais bem cotado.

No comércio não é diferente, preços como 1,99 / 19,99 / 49,90 e outros afins são comuns de serem vistos. São números usados como estratégia de venda e lucro. O troco de R\$ 0,01 pode virar lucro extra, já que por ser apenas um centavo o consumidor geralmente não o exige. Assim, após um período de vendas, certamente isso resultará em um valor significativo ao estabelecimento comercial. Preços como os mencionados são propositais, além do troco não devolvido, podem dar a percepção de que o produto é mais barato uma vez que a parte inteira fica numa faixa decimal menor.

Alguns são tão pequenos que desprezamos ou ignoramos sua pequenez, como é o caso da chance de um jogador ganhar na mega sena. Sua cartela é composta de 60 números e a aposta mínima é constituída de seis números. Assim, há cerca de 50 milhões de possíveis combinações e a chance do jogador é de um em 50 milhões; o que corresponde a 0,00000002 de possibilidades. O número é tão pequeno que até mesmo sua leitura é dificultada, posto que nem sempre lidamos com tantas casas decimais. As chances são de dois centésimos de milionésimos ou, em porcentagem, 0,0000002%. Para o senso comum isso é praticamente zero, para a esperança do jogador não.

Por outro lado, outros números são tão grandes que sequer vimos ou ouvimos alguma vez na vida ou nas mídias. Por exemplo, 1.000.000.000.000.000.000.000, composto por vinte e um zeros, o suficiente para olhamos o número descrito como uma figura, dado que nem tentamos interpretá-lo ou lê-lo: um sextilhão! Há outros tão grandes que talvez nem tenham nome definido, como é o caso de um número de 180 zeros. Que número seria esse?

Um número, às vezes, pode significar muita coisa, mas, outras vezes, nada. Contudo, independente do significado que lhe é dado, ele continua sendo o mesmo, absoluto, fazendo valer sua materialidade⁵. Afinal,

[...] o que existe de mais puro que um número? Significante abstrato, desligado de qualquer vínculo material, o número 'não quer saber': quer se trate de uma grande felicidade ou de um assassinato hediondo, $2+2$ continua sendo 4 do mesmo jeito, e sem emocionalismos. O número é incorruptível (BARLOW, 2006, p. 29).

O PROFESSOR, O ALUNO E A NOTA

Em sala de aula, a tentativa é representar o saber em números. Os décimos e centésimos das notas definem os “aptos” e “inaptos”. O leitor, muito provavelmente, já viu ou ouviu sobre algum aluno que foi reprovado ou aprovado por décimos? O número por mais ínfimo que seja, na avaliação, se torna um “divisor de águas”. O que se pode notar é que “não é uma postura ‘neutra’ utilizar o número como vetor da comunicação avaliadora” (BARLOW, 2006, p. 29). Mas, será que uma nota mede o

⁵ Conjunto de elementos e circunstâncias que evidenciam uma tendência para valorizar apenas aquilo que é de ordem material, no caso deste estudo, a nota dada em uma avaliação da aprendizagem escolar...

valor de um trabalho escolar da mesma maneira que se determina velocidade, comprimento, altura, peso?

O objetivo desse trabalho é problematizar a objetividade dos números utilizados na expressão de notas frente à subjetividade do avaliador e a materialidade de tais números em uma avaliação da aprendizagem escolar. Tema esse presente nas leituras realizadas em uma pesquisa de doutorado em andamento.

Barlow (2006) analisa que, como toda forma de avaliação⁶, a nota é fruto de um julgamento de comparação. Para esse autor, a avaliação é um meio de comunicação entre o professor e o aluno, conseqüentemente, a nota está sujeita a todos os riscos desse tipo de relação humana, como, por exemplo, as escolhas do professor. O autor aponta que um trabalho discente que recebeu determinada nota em função de um critério, valeria outra nota (maior ou menor) com base em outro critério, sendo ambos arbitrários.

Tendo em vista os critérios que o professor utiliza e, por exemplo, a subjetividade, para que uma prova de matemática receba a mesma nota ou uma nota bastante semelhante, com todas as garantias de objetividade, seria necessário cerca de 13 professores para corrigi-la. Esse número sobe para 78 em relação às Letras e 127 em Filosofia (BARLOW, 2006). Isso acontece porque,

todo professor tem seus hábitos de notação, sua equação pessoal. Alguns dão notas “generosamente”, outros “severamente”. Alguns utilizam “todo o leque” de 0 a 20; outros não se afastam muito da média. Por isso, a mesma nota pode ter significados muito diferentes. Conforme o contexto, um 13/20 pode significar um resultado muito bom ou medíocre. Isso pode ter graves conseqüências durante um exame, visto que a média leva em conta apenas a materialidade da nota, independentemente do sentido que cada corretor atribua a ela (BARLOW, 2006, p. 32).

Além dos hábitos e equação pessoal do professor, há alguns comportamentos tendenciosos que podem passar despercebidos pelo próprio docente. Em outras palavras, ele pode ter esses comportamentos sem ao menos perceber. Exemplificando, “se ‘sobrenota’ os bons alunos e se ‘subnota’ os alunos reputados como fracos. [...] após uma ou várias provas ruins, um trabalho médio parecerá bom e vice-versa” (BARLOW, 2006, p. 33). Além disso, o autor aponta questões como o

⁶ Neste trabalho a expressão avaliação refere-se à avaliação da aprendizagem escolar.

momento em que a prova está sendo corrigida. Por exemplo, ao iniciar uma correção, o professor não tem outra base de comparação a não ser sua expectativa, isto é, a imagem criada, mais ou menos idealizada, do que deve ser o trabalho dos alunos. Dessa forma, há fortes chances de o professor ser mais rígido e inflexível na correção e pontuação dos trabalhos.

Barlow (2006, p. 35), associa a aferição de nota a certo prazer e poder. Pronunciar um julgamento de valor é considerar-se detentor de uma norma. “Aplicar esse julgamento à ação de outro (no caso o aluno) significa inevitavelmente colocar-se numa posição de superioridade em relação a ele”. No entanto, esse é um poder que causa desconforto em muitos momentos. Muitas vezes, o professor corretor interroga-se: esse trabalho vale sete ou sete e meio? Se esse vale sete e meio quanto valerá esse outro? Alguns usam borrachas e lápis para esses momentos duvidosos. Isso “nada mais é do que uma transposição dos tormentos da decisão moral” (p. 37).

Barlow (2006, p. 38) discute, ainda, a vinculação da nota com a imagem do avaliado, “na medida em que o emissor está sempre vinculado à sua mensagem, é difícil qualificar o produto independentemente de seu autor”. O número tem conotações fortes, assim, essa ligação atinge dois extremos: o zero e o dez. O sabe tudo e o sabe nada. De certo modo, o aluno que recebe nota zero é declarado inexistente. Por esse e outros motivos que não existe, o zero no “leque de notas” de alguns professores, “eles sentem confusamente que não dá para dizer a um aluno, mesmo de forma simbólica, que [ele] não é nada, que não existe a seus olhos” (p. 38). O primeiro zero que atribuído a uma prova deixou-me envergonhada ao devolvê-la ao aluno, uma vez que não considerava que ele não soubesse nada, mas a materialidade da nota parecia assim dizer. Em contraponto, também há professores que se recusam a usar o dez com o pressuposto de que o aluno deve estar sempre melhorando.

O número da nota além das conotações que gera em ambiente escolar, como alguns estereótipos (inteligente, bom aluno, mau aluno) tem conotações dentro do ambiente familiar, posto que a ideia subjacente é a de classificação. Os oito, nove e dez são motivos de orgulho e alegria para os pais. Já o seis e o sete estão apenas na média, pode (ou deve) melhorar. E abaixo de seis é zona de risco à reprovação,

um alerta para se colocar num reforço escolar e desenvolver acompanhamento mais de perto, a fim de não resultar em reprovação.

Há, ainda, a natureza socioafetiva da relação professor e aluno. Assim, desenvolvem-se simpatia e antipatia na sala de aula e muitos querem ser bem-vistos pelo professor, na esperança de que isso influencie favoravelmente suas notas, já que, no ideário dos alunos, “o queridinho” pode receber boas notas.

Os próprios alunos são levados a acreditar naquele número como representativo de seu saber, “para muitos, uma prova que não recebe uma nota não é corrigida seriamente, ainda que as anotações circundem de vermelho a menor palavra!” (BARLOW, 2006, p. 43). Em outros termos, por mais que o professor realize anotações, considerações e indicações, que demonstrem que ao trabalho do aluno foi dispensada a devida atenção e análise, se não houver uma indicação de nota ou pontuação, o aluno terá a sensação de que algo está faltando. Dessa forma, o aluno quer ganhar ponto, afinal é disso que ele é cobrado e é por isso que os professores ouvem muito as expressões tais como: “Cai na prova?”, “Quanto vale?”, “Passa um trabalho pra recuperar a nota”, e pouco se ouve: “Como devo aprender isso?”, “Qual a relevância para a minha formação?”. Essa supervalorização da nota gera uma base de trocas de notas por trabalhos e pontos para prova, como: estude que ganha um ponto, faça a tarefa e ganhe pontos. A nota é o passaporte para o ano seguinte, para a próxima disciplina, para o diploma (ALCÂNTARA, 2005).

Todavia, os vários elementos aqui levantados demonstram que toda nota está repleta da subjetividade do professor, posto que cada um tem seus hábitos, seus critérios e sua equação pessoal. Em suma, a nota dez apenas significa que em um momento específico, com determinado instrumento de avaliação, determinado professor, que estabeleceu (escolha pessoal) os conteúdos a serem cobrados naquela prova, bem como selecionou as atividades referentes àqueles conteúdos e com seus critérios de correção, o aluno atingiu 100% de acerto. No entanto, se fosse em outro momento, outro instrumento, com outro professor, outras escolhas sobre o mesmo conteúdo, outras atividades e outros critérios, o resultado poderia ser diferente. Analogamente, ao caso do zero. Tais extremos “notativos” são momentos estanques que decorrem de muitas especificidades e subjetividades, que determinam o futuro próximo do aluno, mas que essencialmente não representam o todo ou o nada do saber do aluno.

Portanto, a nota é resultado de um momento de julgamento do professor, o que implica sempre em uma parcela de interpretação. Nesse sentido, Hadji (2001) argumenta que é inútil insistir em tornar a avaliação tão objetiva quanto uma medida, dado que o instrumento (avaliador) é muito incerto e o objeto (avaliado), muito vago. Em outras palavras, a avaliação não é uma medida pelo simples fato de que o avaliador não é um instrumento e o avaliado não é um objeto no sentido imediato do termo.

CONSIDERAÇÕES

Uma das funções de qualquer modalidade de avaliação da aprendizagem escolar é fornecer informações relativas ao processo de ensino e aprendizagem, inclusive, a respeito das dificuldades sentidas pelos alunos, fornecendo subsídios para a (re) orientação da prática escolar. A avaliação deve ser exercida em proveito dos alunos, e constituir um elemento de formação (HADJI, 1994). A avaliação tomada como oportunidade de aprendizagem se desprende da nota, fornece uma ocasião conveniente ao ato de aprender, aspirando alcançar a aprendizagem e a formação do estudante (PEDROCHI JUNIOR, 2012). Entretanto, Buriasco e Soares (2012) pontuam que o que se faz geralmente nas instituições de ensino foge a qualquer concepção de avaliação, posto que se verifica de forma superficial o rendimento escolar dos alunos apenas para uma simples atribuição de nota, que muitas vezes resulta de um único instrumento: a prova escrita.

Barlow (2006, p. 45) salienta que a avaliação é um processo de comunicação, por isso, “a cifra da nota deve ser interpretada à luz dessa constatação [...]. Para cumprir seu papel, ela não deve apresentar-se como um absoluto indiscutível, mas como uma mensagem que só tem sentido em função do critério mais ou menos explícito utilizado para estabelecê-la”. A nota não é objetiva nem absoluta, mas decorrente de critérios e escolhas, contudo a materialidade do número que a representa transmite uma ideia de objetividade e aí se encontra o cerne da problemática.

Sabe-se que, atualmente, a nota é elemento utilizado para cumprir a burocracia das instituições de ensino e está arraigada na cultura escolar. No entanto, mesmo sabendo que o processo de atribuição de nota é subjetivo, a materialidade do número acoberta esse processo e o contexto que o gerou, sendo

muitas vezes tomado como objetivo. Ainda assim, não raro uma nota tem poder para definir a vida escolar dos estudantes.

Até quando?

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Marcelo Silveira de. Reflexões e caminhos possíveis sobre nota e avaliação (da aprendizagem?). UCBD - *Revista Humanitates*. 2005. Disponível em: <<http://www.humanitates.ucb.br/reflexos.htm>>. Acesso em: 25 Jul. 2016.

BARLOW, Michel. *Avaliação escolar: mitos e realidades*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BURIASCO, Regina Luzia Corio de; SOARES, Maria Tereza Carneiro. Avaliação de sistemas escolares: da classificação dos alunos à perspectiva de análise de sua produção matemática. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (org.). *Avaliação em matemática: história e perspectivas atuais*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HADJI, Charles. *A avaliação, regras do jogo*. 4.ed. Portugal: Porto, 1994.

HADJI, Charles. *Avaliação desmistificada*. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre-RS: Artmed Editora, 2001.

LORENZATO, Sergio. *Para aprender matemática*. Campinas, SP: Autores Associados, 2010. 3. ed. rev.

PEDROCHI JUNIOR, Osmar. *Avaliação como oportunidade de aprendizagem em Matemática*. 2012. 56f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.